

PTB poderá romper acordo com o governo

Do serviço local

O PTB poderá romper o acordo com o partido do governo e rejeitar o Decreto-Lei nº 2.024, que alterou a política salarial, atendendo às reivindicações de presidentes de 126 entidades de representação de trabalhadores dos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Ontem, a presidente do partido, deputada Ivete Vargas, esteve reunida em São Paulo com dirigentes sindicais e comprometeu-se a defender a posição dos trabalhadores perante a bancada do PTB, segundo informou o presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, Argeu Egydio dos Santos.

Na reunião — convocada há cerca de dez dias para debater o primeiro decreto salarial —, os representantes sindicais manifestaram à parlamentar sua posição contrária à aprovação do diploma legal, afirmando que as alterações introduzidas na política salarial não restabelecem o poder de compra dos salários. Além disso, conforme argumentaram, a antiga lei salarial não foi a causa da crise econômica do País e tampouco as modificações do Decreto-Lei nº 2.012 surtiram os efeitos anunciados, de geração de novos empregos ou de diminuição das dispensas.

Os representantes das 126 entidades de classe afirmaram a Ivete Vargas serem contrários à aprovação do decreto, acrescentando que não pretendem negociar com o governo nenhuma modificação na política de salários.

De acordo com Argeu Egydio dos Santos, a presidente do PTB teria afirmado que não pretende levar a proposta dos sindicalistas aos parlamentares de seu partido, mas, sim, defender a idéia de rompimento do acordo firmado com o PDS e de rejeição do decreto salarial. Ela teria, entretanto, condicionado o voto dos deputados do PTB, contra o diploma legal, ao comparecimento dos parlamentares dos demais partidos de oposição, "a fim de que esse decreto seja realmente rejeitado".

O presidente da Federação dos Metalúrgicos disse ainda que o movimento sindical deverá prosseguir com os contatos com parlamentares dos partidos de oposição, visando à rejeição do decreto. Acrescentou estar programada uma concentração de sindicalistas de todo o País em Brasília, quando se iniciar a tramitação do diploma.